



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA**  
**SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE**

<b>INFORMAÇÕES SOBRE ESTE DOCUMENTO NUM. 49</b>			
<b>Nr. do Processo</b>	0502406-04.2016.4.05.8502	<b>Autor</b>	Lindijane Santos Costa EQUIPE DE ATENDIMENTO DE DEMANDAS JUDICIAIS - EADJ/INSS e
<b>Data da Inclusão</b>	29/03/2017 11:15:08	<b>Réu</b>	outros
<b>Usuário que Anexou</b>	FÁBIO CORDEIRO DE LIMA (Magistrado)	<b>Última</b>	por FÁBIO CORDEIRO DE LIMA às
<b>Juiz(a) que validou</b>	FÁBIO CORDEIRO DE LIMA	<b>alteração</b>	29/03/2017 11:15:08

Processos n.ºs **0502406-04.2016.4.05.8502**

**VOTO-EMENTA (VENCIDO)**

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. TEMPO ESPECIAL. REJEIÇÃO FORMAL DOS PPS SOB ALEGAÇÃO DE NÃO COMPROVAÇÃO DE PODERES PARA ASSINATURA DO PPP. PPP'S ACEITOS NA ESFERA ADMINISTRATIVA SEM A OPOSIÇÃO DAS IRREGULARIDADES FORMAIS APONTADAS PELO JUÍZO DE ORIGEM. SURPRESA DA PARTE. IMPOSSIBILIDADE DE O JUIZ REJEITÁ-LOS SE NÃO HOUVER DÚVIDAS RELEVANTES. MOTIVO ALEGADO NÃO ENCONTRA AMPARO NA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA. AFASTAMENTO DO MOTIVO. TÉCNICO EM RADIOLOGIA. TRABALHO EM CLÍNICA/HOSPITAIS. SUJEIÇÃO A AGENTES NOCIVOS. EXPOSIÇÃO A AGENTE BIOLÓGICO [ANEXO 14 DA NR-15 C/C CÓDIGO 3.0.0 DO ANEXO IV] E RADIAÇÃO IONIZANTE [ITEM 2.0.3. DO ANEXO IV (CLASSIFICAÇÃO DE AGENTES NOCIVOS) - DECRETO N.º 3.048/99]. PREVISÃO NO DECRETOS REGULAMENTADORES [ITEM 1.1.4 DO ANEXO ÚNICO - - DECRETO N.º 53.381/64; 2) ITEM 1.1.3 DO ANEXO I - DECRETO N.º 83.080/79; 3) ITEM 2.0.3 DO DECRETO N.º 2.172/97; 4) ITEM 2.0.3. DO ANEXO IV (CLASSIFICAÇÃO DE AGENTES NOCIVOS) - DECRETO N.º 3.048/99]. ATIVIDADE TAMBÉM ENQUADRADA COMO PERIGOSA NA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA. RELEVÂNCIA. ENTENDIMENTO DA TNU SOBRE O RECONHECIMENTO DE ATIVIDADES PERIGOSAS COMO ESPECIAIS. INEFICÁCIA DO EPI NAS ATIVIDADES PERIGOSAS. PORTARIA DO MTE N.º 518, DE 4.04.2003 RECONHECENDO QUE "O ESTADO DA TECNOLOGIA NUCLEAR NÃO PERMITE EVITAR OU ELIMINAR O RISCO EM POTENCIAL ORIUNDO DE TAIS ATIVIDADES". RECONHECIMENTO DE PERÍODOS COMO ESPECIAIS. RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL ALÉM DO QUE JÁ FOI RECONHECIDO NA SENTENÇA. TEMPO INSUFICIENTE PARA A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL [22 ANOS, 05 MESES E 29 DIAS] OU POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO [29 ANOS, 6 MESES E 15 DIAS]. AVERBAÇÃO DOS PERÍODOS. REFORMA PARCIAL. RECURSO DA PARTE AUTORA CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A parte autora [anexo 43] e o INSS [anexo 36] interpuseram recurso inominado contra sentença [anexo 33] do Juízo de origem [7ª Vara/SE ] que julgou parcialmente procedente o pedido para reconhecer que, na DER (20/02/2015), a parte autora contava com **28 anos, 03 meses e 29 dias** de tempo de contribuição, determinando a sua respectiva averbação na esfera administrativa.

1.2. Demanda: pretende a parte autora a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição [NB 42/169.713.729-3, DER em 20.02.2015 - anexo 5], mediante a conversão de tempo especial em comum e posterior soma com os demais vínculos.

1.3 A parte autora trabalhou nos períodos abaixo [foram colocados todos os vínculos, ainda que concomitantes], sendo que o Juízo de origem decidiu a questão [reconheceu como especial os itens 3 e 5], nos seguintes termos.

	Empresas	Admissão	Demissão	Situação dos autos
1.	G Barbosa	03/11/1984	23/05/1987	Comum

2.	Urgências Policlínica Ltda.	01/08/1988	02/02/1989	Reconhecimento administrativamente  Agente nocivo: Radiação ionizante [código 1.1.3 do Decreto 83.080/1979] - Anexo 25, p. 2/6 [Vide p. 4]
3.	Pioneiro Transportes Turismo Industria e Comércio Ltda - Me	01/02/1990	30/04/1990	Especial  CTPS de fl. 4, do item 19, atesta a condição de cobrador, viabilizando o enquadramento nos itens n.ºs. 2.4.4 do Decreto n.º. 53.831/64
4.	Associação Beneficência Amparo De Maria	01/07/1992	05/03/1997	Reconhecimento administrativamente  Agente nocivo: Radiação ionizante [código 1.1.3 do Decreto 83.080/1979] - Anexo 25, p. 2/6 [Vide p. 4]
5.	Associação Beneficência Amparo De Maria	06/03/1997	07/03/2008	Especial  <b>Agente nocivo:</b> agentes nocivos biológicos (bactérias, parasitas, vírus) prejudiciais à saúde e/ou integridade física prejudiciais à saúde e/ou integridade física (item 3.0.1 do anexo IV dos Decretos 2172/97 e 3048/99)
6.	Urgências Policlínica Ltda - Vínculo concomitante todo o período	01/07/1993	22/03/1994	Reconhecimento administrativamente  Agente nocivo: Radiação ionizante [código 1.1.3 do Decreto 83.080/1979] - Anexo 25, p. 2/6 [Vide p. 4]
7.	Urgências Policlínica Ltda. - Vínculo concomitante todo o período	01/01/1997	18/06/1999	Reconhecimento administrativamente  Agente nocivo: Radiação ionizante [código 1.1.3 do Decreto 83.080/1979] - Anexo 25, p. 2/6 [Vide p. 4]
8.	Clínica da Vida Ltda - Me - Vínculo concomitante até 07.03.2008	02/05/2005	06/02/2009	Comum  Motivo: Não consta em anexo ao PPP de item 13 procuração outorgando poderes específicos ao representante legal da empresa, ou, ao menos, declaração desta informando que o responsável pela assinatura do PPP está autorizado a assinar o respectivo documento, o que prejudica o valor probatório do formulário.
9.	Clínica Unimédica Ltda. - ME - Vínculo concomitante até 06.02.2009	01/08/2008	31/03/2010 (31/12/2009-Vide	Comum  Motivo: Não consta em anexo ao PPP de item 12 procuração outorgando poderes específicos ao representante legal da

			esclarecimento contido na alínea "f" do item 1.4 do presente voto)	empresa, ou, ao menos, declaração desta informando que o responsável pela assinatura do PPP está autorizado a assinar o respectivo documento, o que prejudica o valor probatório do formulário.
10.	Fundação Hospitalar de Saúde  No PPP, os períodos foram discriminados da seguinte forma: 01/09/2010 a 31/08/2012; 01/09/2012 a 31/08/2013 e 01/09/2013 a 31/08/2014	01/09/2010	31/08/2014	Comum  Motivo: Não consta em anexo ao PPP de itens 14/15 procuração outorgando poderes específicos ao representante legal da empresa, ou, ao menos, declaração desta informando que o responsável pela assinatura do PPP está autorizado a assinar o respectivo documento, o que prejudica o valor probatório do formulário.

-

**1.4. Esclarecimentos relevantes:** a) a referida tabela contém todos os vínculos laborais do autor, contudo o autor possui vínculos concomitantes; b) em razão dos vínculos concomitantes, o Juízo de origem fez a análise dos períodos excluindo as situações de duplicidade, contudo não corresponde aos períodos trabalhados pela parte autora; c) houve um equívoco no que se refere ao tempo prestado na Associação Beneficência Amparo de Maria, conforme exposto no item seguinte; d) com efeito, na instância administrativa, foi reconhecido como especial o período de 01/01/1997 a 18/06/1999 [Urgências Policlínica Ltda] e 01/07/1992 a 05/03/1997 [Associação Beneficência Amparo De Maria], contudo o Juízo de origem, por equívoco, atribui o período de 06/03/1997 [1] a 18/06/1999 como se tivesse trabalhado na Associação Beneficência Amparo de Maria e não Urgências Policlínica Ltda; e) excluído o equívoco apontado no **item 4**, o Juízo de origem teria reconhecido como especial o período remanescente de 06/03/1997 a 07/03/2008 trabalhado na Associação Beneficência Amparo De Maria como especial; f) apesar de o PPP referente a Clínica Unimédica [anexo 12 e anexo 24, p.15/16] conter como termo final da prestação de serviço em 31.12.2009, o extrato do CNIS informa como última remuneração em 03.2010, sendo este o termo final adotado pelo juízo de origem.

**2. Razões recursais da parte autora [anexo 47]:** reconhecimento do tempo especial nos períodos trabalhados nas empresas Associação de Beneficência Amparo de Maria [item 3 e 5 da tabela acima], Clínica Vida [item 8 da tabela acima] e Clínica Unimédica [item 9 da tabela acima].

**3. Razões recursais do INSS [anexo 36]:** impugna o reconhecimento do período de 01/02/90 a 30/04/90 como especial sob a atividade de cobradora.

**4. Voto do Relator [1ª Relatoria]:** negou provimento ao recurso do INSS e DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso da autora para reconhecer como especiais os períodos de 08/03/2008 a 06/02/2009 (Clínica Vida) e 07/02/2009 a 31/12/2009 (Clínica Unimédica), somando-se 4 meses e 10 dias, para fins de averbação, ao lapso temporal já reconhecido na sentença.

**5. Recurso do INSS:** Estou de acordo com o argumento do Relator: "não merece acolhida a pretensão recursal da autarquia ré, sendo trecho da decisão impugnada ao reconhecer a especialidade do período de 01/02/1990 a 30/04/1990: "CTPS de fl. 4, do item 19, atesta a condição de cobrador, viabilizando o enquadramento nos itens nºs. 2.4.4 do Decreto nº. 53.831/64." Isto porque a anotação em CTPS constitui prova suficiente para fins de enquadramento por categoria profissional.

#### 7. Recurso do autor:

7.1. De início, verifica-se um evidente equívoco nas razões recursais: o período prestado na Beneficência Amparo de Maria [item 4 e 5 da tabela acima] foi integralmente reconhecido como especial, seja administrativamente [item 4], seja judicialmente [item 5], razão pela qual faleceria interesse recursal quanto a este ponto. Por outro lado, o recorrente-autor, por intermédio de seu advogado, deixou de requerer expressamente o reconhecimento como tempo especial do período trabalhado na Fundação Hospitalar de Saúde [item 10] apesar de o motivo adotado pelo Juízo de origem [defeito formal no PPP] ser o mesmo

das que não foram reconhecidos pelo juízo de origem.

7.2. A despeito da evidente **omissão/equívoco perpretado pelo representante judicial do recorrente**, no meu sentir, não verifico **impedimento absoluto** para analisar a natureza especial do referido vínculo, uma vez que a causa de pedir em benefícios previdenciários é aberta no sentido da **concessão do melhor benefício previdenciário**. Em outras palavras, ainda que não preencha o benefício pleiteado, pode o Juiz deferir benefício de natureza diversa, desde que verifique a presença dos seus requisitos no curso da lide, independentemente de haver expressa menção na petição inicial/recurso inominado, com base no princípio da fungibilidade entre benefícios previdenciários. Em outras palavras, não há que se falar em decisão *extra petita*, já que compete ao Juiz aplicar o direito a espécie quando verificar o preenchimento dos requisitos no curso da demanda. Neste passo, cito os precedentes abaixo:

“Considerando, pois, que o pedido, nas causas previdenciárias, é o de obtenção do benefício a que tem direito o autor da ação, inexistente, em caso de concessão de benefício diverso do mencionado na inicial, afronta ao princípio da congruência entre pedido e sentença, insculpido nos arts. 128 e 460 do Código de Processo Civil. Nem poderia ser diferente, haja vista que o fator subjacente à eventual violação daquele princípio - o elemento surpresa, que redundaria em situação de injustificada desigualdade entre as partes - não se encontra presente, pois se a autarquia previdenciária possui, *a priori* (isto é, inclusive antes da demanda judicial), o dever de concessão da prestação previdenciária ou assistencial a que tem direito o segurado, dependente ou beneficiário, não se pode considerar surpreendida por deferimento de benefício diferente do pleiteado.

Por tais razões, não é *extra petita*, v. g., a decisão (a) **que concede aposentadoria por invalidez quando pleiteado auxílio-doença** (STJ, Quinta Turma, Rel. Min. Félix Fischer, REsp n. 293659, DJ de 19-03-2001); (b) **que defere auxílio-doença quando requerida aposentadoria por invalidez** (STJ, Quinta Turma, Rel. Min. Edson Vidigal, REsp n. 255776, DJ de 11-09-2000; STJ, Sexta Turma, Rel. Min. Fernando Gonçalves, REsp n. 169567, DJ de 02-05-2000; STJ, Sexta Turma, Rel. Min. Vicente Leal, REsp n. 193220, DJ de 08-03-1999; STJ, Quinta Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, REsp n. 105003, DJ de 22-02-1999; STJ, Sexta Turma, Rel. Min. Vicente Leal, REsp n. 177267, DJ de 21-09-1998; STJ, Sexta Turma, Rel. Min. Anselmo Santiago, REsp n. 124771, DJ de 27-04-1998); (c) **que concede auxílio-acidente quando o pleito formulado era o de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez** (STJ, Quinta Turma, Rel. Min. Félix Fischer, REsp n. 267652, DJ de 28-04-2003; STJ, Sexta Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, REsp n. 385607, DJ de 19-12-2002; STJ, Quinta Turma, Rel. Min. Gilson Dipp, REsp n. 226958, DJ de 05-03-2001; STJ, Sexta Turma, Rel. Min. Fernando Gonçalves, EDcl no REsp n. 197794, DJ de 21-08-2000); (d) **que defere aposentadoria por invalidez quando pleiteado auxílio-acidente** (STJ, Sexta Turma, Rel. Min. Paulo Galotti, REsp n. 541695, DJ de 01-03-2004; STJ, Sexta Turma, Rel. Min. Vicente Leal, REsp n. 412676, DJ de 19-12-2002); (e) **que concede renda mensal vitalícia quando formulado pedido de aposentadoria por invalidez** (STJ, Quinta Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, EDcl no REsp n. 193218, DJ de 06-12-1999; STJ, Quinta Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, REsp n. 180461, DJ de 06-12-1999; STJ, Sexta Turma, Rel. Min. Vicente Leal, REsp n. 202931, DJ de 24-05-1999; STJ, Sexta Turma, Rel. Min. Vicente Leal, REsp n. 193110, DJ de 01-03-1999); (f) **que concede auxílio-doença quando requerida renda mensal vitalícia** (STJ, Quinta Turma, Rel. Min. Edson Vidigal, REsp n. 177566, DJ de 20-09-1999); (g) **que defere benefício assistencial em vez de renda mensal vitalícia** (STJ, Sexta Turma, Rel. Min. Nilson Naves, AgRg no Ag n. 585216, DJ de 06-02-2006; STJ, Sexta Turma, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, AgRg no Ag n. 540835, DJ de 05-09-2005); (h) **que concede aposentadoria por idade rural quando pleiteado benefício assistencial** (STJ, Quinta Turma, Rel. Min. Félix Fischer, AgRg no REsp n. 801193, DJ de 15-05-2006); (i) **que concede aposentadoria por idade, com base em tempo de trabalho urbano, quando pleiteada aposentadoria por idade rural** (TRF-4ª Região, Quinta Turma, de minha relatoria, AC n. 2004.04.01.046095-5, DJU de 05-04-2006; TRF-4ª Região, Quinta Turma, Rel. Des. Federal Otávio Roberto Pamplona, AC n. 2002.04.01.052292-7, DJU de 28-09-2005; TRF-4ª Região, Sexta Turma, Rel. Des. Federal João Batista Pinto Silveira, AC n. 2004.70.00.015423-0, DJU de 28-06-2006; TRF-4ª Região, Sexta Turma, Rel. Des. Federal João Batista Pinto Silveira, AC n. 2002.71.03.000202-4, DJU de 31-08-2005; TRF-4ª Região, Quinta Turma, Rel. Juiz Federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira, AC n. 2002.70.01.000043-3, DJU de 23-03-2005; TRF-4ª Região, Sexta Turma, Rel. Des. Federal Néfi Cordeiro, AC n. 2001.70.04.000958-6, DJU de 25-06-2003); (j) **que concede aposentadoria por idade quando requerida aposentadoria por tempo de serviço/contribuição** (TRF-4ª Região, Terceira Seção, em que fui Relator para o acórdão, EAC n. 2000.04.01.107110-2, DJU de 02-08-2006; TRF-4ª Região, Segunda Turma Suplementar, Rel. Des. Federal Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle, AC n. 2002.70.05.003638-4, DJU de 14-06-2006; TRF-4ª Região, Segunda Turma Suplementar, Rel. Juíza Federal Eloy Bernst Justo (convocada), AC n. 2001.04.01.080922-7, DJU de 05-04-2006; TRF-4ª Região, Segunda Turma Suplementar, Rel. Juíza Federal Eloy Bernst Justo (convocada), AC n. 2000.70.07.001152-9, DJU de

29-03-2006)”. .

(TRF4, APELREEX 2001.71.01.000609-3, Quinta Turma, Relator Celso Kipper, D.E. 20/10/2008)

“PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO REQUERENDO CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. ACÓRDÃO QUE CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE. GARANTIA DE MELHOR BENEFÍCIO AO SEGURADO. INOCORRÊNCIA DE JULGAMENTO EXTRA PETITA. AGRAVO REGIMENTAL DO INSS DESPROVIDO.

1. O Direito Previdenciário não deverá ser interpretado como uma relação de Direito Civil ou Direito Administrativo no rigor dos termos, mas sim como fórmula ou tutela ao hipossuficiente, ao carecido, ao excluído. Este deve, também, ser um dos nortes da jurisdição previdenciária.

2. É firme a orientação desta Corte de que não constitui julgamento extra ou ultra petita a decisão que, verificando a inobservância dos pressupostos para concessão do benefício pleiteado na inicial, concede benefício diverso por entender preenchidos seus requisitos, tendo em vista a relevância da questão social que envolve a matéria. Precedentes:

3. Agravo Regimental do INSS desprovido.

(AgRg no REsp 1320249/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/11/2013, DJe 02/12/2013)

“3. O princípio da fungibilidade é aplicado aos benefícios previdenciários por incapacidade, permitindo que o juiz conceda espécie de benefício diversa daquela requerida na petição inicial, se os correspondentes requisitos legais tiverem sido preenchidos. **Prevalece a flexibilização do rigor científico por uma questão de política judiciária: considerando que se trata de processo de massa, como são as causas previdenciárias, não seria razoável obrigar o segurado a ajuizar nova ação para obter a concessão de outra espécie de benefício previdenciário cujos requisitos tenham ficado demonstrados durante a instrução processual.**

(TNU, PEDILEF 0503771-07.2008.4.05.8201, Rel. Juiz Federal ROGÉRIO MOREIRA ALVES)

### 7.3. Irregularidades formais no PPP.

7.4. O juízo de origem [7ª Vara/SE] não reconheceu o reconhecimento dos períodos especiais apontados nos itens 8, 9 e 10 da tabela acima sob o **fundamento linear** de que não consta em anexo ao PPP procuração outorgando poderes específicos ao representante legal da empresa, ou, ao menos, declaração desta informando que o responsável pela assinatura do PPP está autorizado a assinar o respectivo documento, o que prejudica o valor probatório do formulário.

7.5. Com o devido respeito à decisão recorrida, tenho que o fundamento de que a ausência de declaração anexa informando o responsável ou procuração, com poderes específicos, em nome de quem assinou os PPP's os tornam inservíveis, deve ser afastado.

7.6. Primeiramente, de acordo com os diplomas normativos [1) Decreto n.º 4.032, de 26.11.2011 [2], modificou o Regulamento da Previdência Social (Decreto n.º 3.048/99); 2) pela Instrução Normativa INSS/PRES Nº 77, de 21.05.2015], extraem-se se as seguintes conclusões acerca do PPP:

- 1) o Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP é documento emitido com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho, nele contendo, obrigatoriamente, as atividades desenvolvidas pelo trabalhador e, em caso de exposição a agentes nocivos, em caráter habitual e permanente, não ocasional nem intermitente, a intensidade e a concentração do agente ;
- 2) o PPP é emitido pela empregadora ou equiparado, devidamente assinado pelo representante legal ou seu preposto, que assumirá a responsabilidade sobre a fidedignidade das informações prestadas [art. 264, §§ 1 e 2º da IN INSS/PRES Nº 77/15], com base nas demonstrações ambientais, fazendo expressa referência ao responsável técnico por aferir aos agentes nocivos [art. 264, I a IV e § 4º da IN INSS/PRES Nº 77/15];

- 3) o PPP dispensa a apresentação do laudo técnico perante o INSS, pois apesar de não se confundir com este último, é emitido com base nele [art. 264, § 4º [\[3\]](#)c/c da IN INSS/PRES Nº 77/15] [\[4\]](#);
- 4) o Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT [art. 262 da IN INSS/PRES Nº 77/15] e as demais demonstrações ambientais [art. 261, V da IN INSS/PRES Nº 77] que serviram de base para a emissão do PPP permanecem na empresa, podendo ser exigido pelo INSS a sua apresentação quando houver uma dúvida fundada no PPP [art. 263, PU c/c art. 264, § 5º c/c art. 297, II, todos da IN INSS/PRES Nº 77/15 [\[5\]](#)];
- 5) a partir de 01.01.2004, o PPP se tornou obrigatório e **documento único** para comprovar a natureza especial da atividade para todos os agentes nocivos, inclusive ruído e calor, podendo abranger os períodos anteriores a 01.01.2004 [art. 260, caput [\[6\]](#) e 265, § 3º [\[7\]](#) da IN INSS/PRES Nº 77/15].
- 6) a existência de PPP desacompanhada do laudo não significa que não existe laudo. Isto porque continua sendo obrigatória a realização do laudo e sua respectiva atualização (art. 58, §§ 3º e 4º da Lei n.º 8.213/91 c/c art. 58, § 3º do Decreto n.º 3.048/99), contudo o mesmo permanece na empresa a disposição do INSS e somente em caso de dúvida seria necessária a sua apresentação.

7.7. O Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP é o documento histórico-laboral individual do trabalhador [art. 264 da IN INSS/PRES Nº 77/15] que presta serviço à empresa, destinado a informar ao INSS a efetiva exposição do trabalhador a agentes nocivos. De acordo com a legislação previdenciária, o PPP é um **documento analisado em si mesmo, ou seja, único sem anexos**, sendo desnecessário que o PPP venha acompanhado do contrato social da empresa, certidão da junta comercial etc. Conforme já afirmado no item 7.6., o PPP é emitido pela empregadora ou equiparado, devidamente assinado pelo representante legal ou seu preposto, devendo constar no **campo da assinatura tão-somente** *"o nome, cargo e NIT do responsável pela assinatura do documento, bem como o carimbo da empresa"*.

Instrução Normativa INSS/PRES Nº 77, de 21.05.2015

Art. 264. O PPP constitui-se em um documento histórico laboral do trabalhador, segundo modelo instituído pelo INSS, conforme formulário do Anexo XV, que deve conter as seguintes informações básicas:

§ 1º O PPP deverá ser assinado pelo representante legal da empresa ou seu preposto, que assumirá

§ 2º Deverá constar no PPP o nome, cargo e NIT do responsável pela assinatura do documento, bem como o carimbo da empresa. (Nova redação dada pela IN INSS/PRES nº 85, de 18/02/2016)

**Redação original:**

**§ 2º Deverá constar no PPP o nome, cargo e NIT do responsável pela assinatura do documento, bem como o carimbo da empresa com a razão social, e o CNPJ.**

7.8. Não se desconsidera, contudo, problemas quanto ao PPP, inclusive de falsidade documental. O ideal é que já tivesse sido implantado o sistema eletrônico em que as empresas informassem quais as pessoas estariam habilitadas a assinar o PPP, com os dados pessoais e que, de preferência, o PPP fosse emitido a partir deste sistema eletrônico. Dar-se-ia confiança a todos que participam desta cadeia; segurado, empregador e INSS. Já há previsão legal no art. 266, § 1º da IN INSS/PRES Nº 77/15 [\[8\]](#), mas infelizmente até hoje não se tem notícia de sua implantação.

7.9. Se o documento é apresentado por uma das partes e a parte adversa não o impugna [art. 428, I e 429, II do CPC/15], presume-se verdadeiro/autêntico quanto a sua forma, e não o contrário [falso]. Se em todo processo o juízo recusar eficácia do PPP porque está desacompanhado de contrato social, procuração com poderes específicos em nome de quem o assinou, ter-se-á, então, aplicação da presunção de má-fé, o que afastaria a presunção de boa-fé de que gozam os documentos particulares, quando não impugnados pela parte contrária. O juiz pode desconsiderar quando houver indícios concretos, devidamente apontados na sua decisão, concedendo prazo para que a parte comprove a regularidade formal do mesmo.

7.10. Analisando detidamente o procedimento administrativo, nota-se que em nenhum momento o INSS apontou que o PPP estivesse destoante da realidade, bem assim não mencionou situação que se traduzisse em dúvida objetiva quanto ao conteúdo ou ao aspecto formal do formulário [Vide anexo 24, p. 17 e anexo 25, p. 2/5], razão pela qual não me parece aceitável que a instância judicial se transforme num complicador em relação à instância administrativa. A propósito, cito os seguintes trechos do entendimento firmado na



## Corte Superior de Justiça:

5. Descabe à autarquia utilizar da via judicial para impugnar orientação determinada em seu próprio regulamento, ao qual está vinculada. Nesse compasso, a Terceira Seção desta Corte já decidiu no sentido de dar tratamento isonômico às situações análogas, como na espécie (REsp n. 412.351/RS).

(STJ, REsp 1151363/MG, 3ª Seção, Rel. Ministro JORGE MUSSI, julgado em 23/03/2011)

3. Interpretando a Lei de Benefícios em conjunto com a legislação administrativa, conclui-se que a comprovação da efetiva exposição do Segurado aos agentes nocivos é feita mediante o formulário denominado Perfil Profissiográfico Previdenciário, emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho, expedido por Médico do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho. Precedentes: REsp. 1.573.551/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 19.5.2016 e AgRg no REsp. 1.340.389/CE, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 6.10.2014.

4. O laudo técnico será necessário apenas nas hipóteses em que há discordância do Segurado quanto às informações lançadas pela empresa no PPP ou nas hipóteses em que a Autarquia contestar a validade do PPP, o que não é o caso dos autos, uma vez que não foi suscitada qualquer objeção ao documento.

5. Não é demais reforçar que é necessário garantir o tratamento isonômico entre os Segurados que pleiteiam seus benefícios na via administrativa e aqueles que são obrigados a buscar a via judicial. Se o INSS prevê em sua instrução normativa que o PPP é suficiente para a caracterização de tempo especial, não exigindo a apresentação conjunta de laudo técnico, torna-se inadmissível levantar judicialmente que condicionante. Seria incabível, assim, criar condições na via judicial mais restritivas do que as impostas pelo próprio administrador.

(Voto-vista do Min. Napoleão Nunes Maia na Pet 10.262/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/02/2017, DJe 16/02/2017)

7.4. No caso em apreço, o Instituto previdenciário não fez qualquer ressalva quanto à ausência de procuração, com poderes específicos, em nome de quem assinou os PPP e nem poderia porque a legislação não exige. Assim, têm-se como válidos tais formulários quanto a esse aspecto.

## 8. Agente nocivo. Considerações gerais.

8.1. Em princípio, é de competência do Poder Executivo editar uma lista contendo os agentes nocivos, nos termos do art. 58 da Lei n.º 8.213/91: *“A relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial de que trata o artigo anterior será definida pelo Poder Executivo”*. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997).

8.2. Ora, a jurisprudência entende que, a circunstância de determinado agente nocivo não mais estar previsto atos normativos editados com base na referida competência, não impede, por si só, o reconhecimento como tempo especial, uma vez que o rol de agentes nocivos prejudiciais à saúde é meramente exemplificativo. A propósito, invoco a aplicação analógica do precedente do STJ sobre o agente eletricidade, em que *“apesar de não mais existir nos róis dos Decretos nº 2.172/97 e 3.048/99, o agente eletricidade continua sendo considerado como agente nocivo ensejador de contagem especial de tempo de serviço pela jurisprudência do STJ”*, nos seguintes termos: .

2. À luz da interpretação sistemática, as normas regulamentadoras que estabelecem os casos de agentes e atividades nocivos à saúde do trabalhador são exemplificativas, podendo ser tido como distinto o labor que a técnica médica e a legislação correlata considerarem como prejudiciais ao obreiro, desde que o trabalho seja permanente, não ocasional, nem intermitente, em condições especiais (art. 57, § 3º, da Lei 8.213/1991). Precedentes do STJ.

3. Omissis

4. Recurso Especial não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ.

(REsp 1306113/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/11/2012, DJe 07/03/2013)

8.2. Do contrário, o Poder Executivo poderia muito reduzir ao mínimo o número de agentes nocivos visando restringir o benefício da aposentadoria especial ou do tempo especial em prejuízo do segurado exposto a agente nocivo à saúde.

## 9. Radiação ionizante.

9.1. A exposição de radiação ionizante permite o seu enquadramento como tempo especial de 25 anos, consoante as seguintes previsões nos decretos regulamentadores: 1) item 1.1.4 do anexo único - - Decreto nº 53.381/64; 2) item 1.1.3 do Anexo I - Decreto nº 83.080/79; 3) item 2.0.3 do Decreto nº 2.172/97; 4) item 2.0.3. do Anexo IV (Classificação de Agentes Nocivos) - Decreto n.º 3.048/99.

9.2. Mesmo que houvesse deixado de haver previsão na legislação previdenciária, ainda assim poderia ser reconhecido como tempo especial. Com efeito, a **MP n.º 1.729, de 02.12.1998**, publicada no DOU em 03.12.1998 [data de entrada em vigor] e posteriormente convertida na **Lei n.º 9.732/98**, introduziu importantes mudanças na legislação previdenciária, a saber:

Redação originária	Redação modificada
Art. 58	
§1º A comprovação da <b>efetiva exposição</b> do segurado aos agentes nocivos será feita mediante <b>formulário</b> , na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, emitido pela empresa ou seu preposto, com base em <b>laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho. (Incluído pela Lei nº 9.528, de 1997)</b>	§ 1º A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, emitido pela empresa ou seu preposto, com base em <b>laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho nos termos da legislação trabalhista. (Redação dada pela Lei nº 9.732, de 11.12.98)</b>

9.3. Da modificação legislativa acima, sobressai que, **para os períodos posteriores a 03/12/1998**, houve uma **forte aproximação** [um expresse entrelaçamento] da legislação previdenciária com a legislação trabalhista no tocante a definição dos agentes nocivos, uma vez que o laudo técnico deve ser emitido com base **na legislação trabalhista** [art. 58, § 1º da Lei n.º 8.213].

9.4. No âmbito da legislação trabalhista, a radiação ionizante se encontra prevista **no rol de atividades e operações perigosas**, ensejando o pagamento de adicional de periculosidade, tudo nos termos art. 193, *caput* da CLT [*"São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a"*] c/c a Portaria do MTE n.º 518, de 04.04.2003 e na NR-16 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS [esta última decorrente da Revisão determinada pela Portaria do MTE n.º 518, de 04.04.2003], *verbis*:

### NR 16 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS

16.1. São consideradas atividades e operações perigosas as constantes dos Anexos números 1 e 2 desta Norma Regulamentadora-NR.

16.2. O exercício de trabalho em condições de periculosidade assegura ao trabalhador a percepção de adicional de 30% (trinta por cento), incidente sobre o salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa.

### ANEXO (\*)

(Adotado pela Portaria GM nº 518, de 04 de abril de 2003)

### ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS COM RADIAÇÕES IONIZANTES OU SUBSTÂNCIAS RADIATIVAS



ATIVIDADES	ÁREAS DE RISCO
4. Atividades de operação com aparelhos de raios-X, com irradiadores de radiação gama, radiação beta ou radiação de nêutrons, incluindo:	Salas de irradiação e de operação de aparelhos de raios-X e de irradiadores gama, beta ou nêutrons
4.1. Diagnostico médico e odontológico.	Laboratórios de testes, ensaios e calibração com as fontes de radiação descritas.
4.2. Radioterapia.	
4.3. Radiografia industrial, gamagrafia e neutronradiografia.	Manuseio de fontes.
4.4. Análise de materiais por difratometria.	Manuseio do equipamento.
4.5. Testes ensaios e calibração de detectores e monitores e radiação.	Manuseio de fontes amostras radioativas.
4.6. Irradiação de alimentos.	Manuseio de fontes e instalações para a irradiação de alimentos.
4.7. Estabilização de instrumentos médico-hospitalares.	Manuseio de fontes e instalações para a operação.
4.8. Irradiação de espécimes minerais e biológicos.	Manuseio de amostras irradiadas.
4.9. Medição de radiação, levantamento de dados radiológicos, ensaios, testes, inspeções, fiscalização de trabalhos técnicos.	Laboratórios de ensaios e calibração de fontes e materiais radioativos
5. Atividades de medicina nuclear.	Sala de diagnósticos e terapia com medicina nuclear.
5.1. Manuseio e aplicação de radioisótopos para diagnóstico médico e terapia.	Enfermaria de pacientes, sob tratamento com radioisótopos.  Enfermaria de pacientes contaminados com radioisótopos em observação e sob tratamento de descontaminação.
5.2. Manuseio de fontes seladas para aplicação em	Área de tratamento e estocagem de rejeitos radioativos.

braquiterapia	
5.3. Obtenção de dados biológicos de pacientes com radioisótopos incorporados.	Manuseio de materiais biológicos contendo radioisótopos ou moléculas marcadas.
5.4. Segregação, manuseio, tratamento, acondicionamento e estocagem de rejeitos radioativos.	Laboratórios para descontaminação e coleta de rejeitos radioativos.

9.5. Isto porque nas atividades perigosas as pessoas estão expostas a um risco permanente e acentuado de dano a sua integridade física e/ou vida, podendo muito ser enquadrando no conceito de atividade nociva tal como previsto na legislação previdenciária. A diferença é que, nos casos de atividades perigosas, a concretização do risco pode implicar quase sempre a perda da vida e/ou integridade física [9]. Esta ampliação jurisprudencial para alcançar as **situações de periculosidades** permitiu o reconhecimento como tempo especial nos casos de trabalhadores expostos a **eletricidade** (TNU, PEDILEF 50012383420124047102, Juiz Federal BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, TNU, DOU 26/09/2014 PÁG. 152/227), **vigilância patrimonial** (TNU, PEDILEF 05249362020114058100, Juiz Federal SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, TNU, DOU 13/11/2015 PÁGINAS 182/326) e **trabalhadores expostos a líquidos inflamáveis** (PEDILEF 50032576220124047118, Juiz Federal SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, TNU, DOU 05/02/2016 PÁGINAS 221/329.), os quais não estariam expostos nos decretos regulamentadores previdenciários. Sobre a possibilidade de enquadrar a **atividade perigosa** como especial, destaco o seguinte julgado da TNU.

3. Nessa ordem de idéias, considero, venia concessa, que os derradeiros julgados desta TNU acima citados afastaram-se do posicionamento que é franca e pacificamente adotado pelo Superior Tribunal de Justiça sobre o assunto. De fato, a Corte Federal decidiu que é possível o reconhecimento de tempo especial do trabalho prestado com exposição ao agente nocivo eletricidade em data posterior a 05 de março de 1997, desde que o laudo técnico comprove a permanente exposição do eletricitário à atividade nociva independentemente de considerar a previsão dele em legislação específica. Tanto é deste modo que, diferentemente da TNU, o STJ não fixou qualquer limite temporal para que se deixasse de contar o período em labor de eletricitário como especial.

3.1. Ao que tudo leva a crer, o que Superior Tribunal de Justiça teve como firme, foi que a nova redação dada pela Lei no. 9.032/95 ao art. 57 da Lei de Benefícios da Previdência Social não limitou a considerar como tempo de serviço especial apenas aqueles que fossem previstos em Lei ou Regulamento da previdência e sim todos aqueles resultantes da ação efetiva de “agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física,” (art. 57, § 4º).

3.2. Desse modo, mais importante que qualificar doutrinariamente um agente como sendo catalizador de insalubridade, periculosidade ou penosidade, muito mais importante para fins de aplicação das novas disposições da Lei no. 9.528/97 é saber se um agente nocivo/prejudicial (qualificação que, por sinal, pode muito bem ser interpretada como aglutinadora de formas de periculosidade) é capaz de deteriorar/expor a saúde/integridade física do trabalhador. É a prova disso que transforma o tempo de comum para especial na lógica da novel legislação.

3.3. Por isso, não é de se estranhar que o STJ continue a falar de periculosidade mesmo após a edição do Decreto no. 2.172/97. E, segundo penso, está certo mesmo em falar, pois, como dito, os agentes nocivos/prejudiciais à saúde/integridade física podem muito bem aludir a certas formas de perigo. A exposição à eletricidade, não sendo enquadrada propriamente como atividade insalubre, termina comprometendo sobretudo a integridade física do trabalhador que passa a conviver com níveis exagerados de cautela, risco, stress etc. Logo, insisto, não é a apriorística qualificação doutrinária que determinará a possibilidade ou não apreensão de uma atividade como especial e sim a efetiva demonstração deletéria considerada em *númerus apertus* pela legislação em vigor.

(TNU, PEDILEF 50012383420124047102, JUIZ FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, TNU, DOU 26/09/2014 PÁG. 152/227)

9.6. Pela natureza das **atividades perigosas** não há que se falar em eficácia ou não do PPP diante do risco acentuado e permanente de dano a sua integridade física e/ou vida, já que, mesmo fornecido o EPI/EPC, ele não é capaz de eliminar inteiramente o risco a que está exposto o segurado [1) um choque de alta voltagem é fatal; 2) um colete de prova a bala nem sempre é eficaz para conter um tiro; 3) se ocorrer uma explosão num posto de gasolina o risco é alto]. A propósito, colhe-se dos CONSIDERANDOS que ensejou a edição da **Portaria MTE n.º 518, de 4.04.2003**: 1) "CONSIDERANDO que qualquer exposição do trabalhador a radiações ionizantes ou substâncias radioativas é **potencialmente prejudicial à sua saúde**"; 2) "CONSIDERANDO, ainda, que o presente **estado da tecnologia nuclear não permite evitar ou eliminar o risco em potencial oriundo de tais atividades**". Sobre o tema, destaco os precedentes:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. AGENTE NOCIVO RADIAÇÃO IONIZANTE. CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO EM CONDIÇÕES PREJUDICIAIS À SAÚDE. POSSIBILIDADE. REMESSA DA VICE-PRESIDÊNCIA DESTA TRF. ANÁLISE DO ACÓRDÃO RECORRIDO À LUZ DO ENTENDIMENTO ADOTADO PELO STF NO ARE 664335-SC, JULGADO SOB A SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. EPI - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL COMO FATOR DE DESCARACTERIZAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL.

1. Autos encaminhados a esta Relatoria pela Vice-Presidência desta Corte, sob o rito do art. 543-B, parágrafo 3º, II, do CPC, para apreciação do acórdão recorrido, em face do posicionamento adotado pelo Colendo STF nos autos do ARE 664335-SC, quanto ao fornecimento de EPI - Equipamento de Proteção Individual como fator de descaracterização do tempo de serviço especial.

2. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ARE 664335-SC, pela sistemática do art. 543-B do CPC, assentou a tese de que, se o Equipamento de Proteção Individual (EPI) for realmente capaz de neutralizar a nocividade, não haverá respaldo constitucional à aposentadoria especial, salvo se o agente nocivo for ruído.

3. Embora conste no Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) que trata-se de EPI eficaz, não é possível concluir, por meio da declaração do empregador no âmbito do referido documento, que o equipamento é eficaz a ponto de realmente neutralizar a nocividade do risco causado; isto porque simplesmente informa que garantiu o fornecimento e uso do EPI, reputando-se como eficaz, não havendo prova inequívoca de que o equipamento neutraliza a nocividade do risco causado pelo contato com o agente, neste caso, exposição à radiação ionizante.

4. Atente-se para o fato de que a proteção individual limita-se ao contorno físico do trabalhador e, muitas vezes, pode ser restrita a um dos sentidos humanos afetados. É possível, ainda, que exposição ao agente nocivo refira-se à condição do ambiente de trabalho, persistindo o risco à saúde do trabalhador, mesmo considerando o uso correto, obrigatório e permanente dos equipamentos de proteção coletiva e individual.

5. Nos termos do Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT (fls. 67/69), as atividades de Médico Radiologista são classificadas como de exposição ao agente nocivo, radiações ionizantes (Raios-X), e estas atividades estão classificadas como de exposição à Periculosidade, de acordo com o que especifica a Portaria nº 518, de 04 de abril de 2003, do MTE.

6. Desta forma, havendo dúvidas de que o equipamento fornecido ao segurado é eficaz a ponto de realmente neutralizar a nocividade do risco causado pelo contato com o agente nocivo radiação ionizante, não há falar em adequação ao julgado do STF, devendo ser mantido o entendimento de que a atividade exercida pelo autor, na função de médico radiologista, é de natureza especial.

7. Reapreciação do acórdão recorrido, nos termos do art. 543-B, parágrafo 3º, do CPC, à luz do entendimento adotado pelo STF no ARE 664335-SC; contudo, para o caso dos autos não houve modificação do resultado proferido anteriormente por esta Turma, que ratificou o comando sentencial no sentido de condenar a autarquia previdenciária à concessão do benefício de aposentadoria especial ao autor. 8. Mantido o julgamento anterior que negou provimento à Apelação do INSS e ao Recurso Adesivo.

(TRF 5ª Região, APELREEX 00092295120114058300, Desembargador Federal Manoel Erhardt, TRF5 - Primeira Turma, DJE - Data::26/03/2015 - Página::31.)

AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA.

**TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL. COMPROVAÇÃO DA NEUTRALIZAÇÃO DA INSALUBRIDADE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ.**

1. O acórdão da Corte de origem, ao contrário do consignado pelo agravante, não reconheceu o tempo especial com base em agente nocivo ruído, mas sim com base no agente nocivo radiação ionizante - aparelho de Raio X. Desse modo, totalmente despiçando o tópico do recurso especial que alega "a inexistência de laudo pericial para comprovar a exposição do autor ao agente ruído" (fl. 471, e-STJ).

2. Com relação à tese de atenuação do agente nocivo pelo uso de EPI, o fato de a empresa fornecer ao empregado Equipamento de Proteção Individual - EPI não afasta, por si só, o direito ao benefício de aposentadoria com a contagem de tempo especial, devendo ser apreciado caso a caso. Na situação concreta, o Tribunal de origem, expressamente, consignou que a especialidade da atividade exercida pelo recorrido foi comprovada, o que, para rever tal entendimento, traz a incidência da Súmula 7/STJ. Precedentes.

Agravo regimental improvido.

(STJ, AgRg no AREsp 809.470/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/12/2015, DJe 14/12/2015)

10. CASO CONCRETO: 1) A parte autora trabalhou como técnico em radiologia, no setor de raio-x em Clínicas/Hospitais, exposto aos agentes [radiação ionizante e agentes biológicos (bactérias, vírus, fungos, protozoários)], nos períodos abaixo:.

8	Clínica da Vida Ltda - Me - Vínculo concomitante até <b>07.03.2008</b>	02/05/2005	06/02/2009	Anexo 13
9	Clínica Unimédica Ltda. - ME	01/08/2008	31/03/2010	Anexo 12  OBS: apesar de o PPP referente a Clínica Unimédica [anexo 12 e anexo 24, p.15/16] conter como termo final da prestação de serviço em 31.12.2009, o extrato do CNIS informa como última remuneração em 03.2010, sendo este o termo final adotado pelo juízo de origem.
10	Fundação Hospitalar de Saúde  No PPP, os períodos foram discriminados da seguinte forma: 01/09/2010 a 31/08/2012; 01/09/2012 a 31/08/2013 e 01/09/2013 a 31/08/2014	01/09/2010	31/08/2014	Anexo 14/15.

Os períodos acima são enquadráveis como especiais por **duplo fundamento**: 1º) **agentes biológicos** [anexo 14 da NR-15] em que a avaliação é pelo **critério qualitativo**, sendo a nocividade presumida e independente de mensuração, constatada pela simples presença do agente no ambiente de trabalho [art. 277 c/c/ art. 278, I da IN INSS n.º 77/2015]; 2) **radiação ionizante**, com base no item 2.0.3. do Anexo IV (Classificação de Agentes Nocivos) - Decreto n.º 3.048/99, complementado pelos art. 193, *caput* da CLT ["São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a"] c/c a Portaria do MTE n.º 518, de 04.04.2003 e na NR-16 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS [esta última decorrente da Revisão determinada pela Portaria do MTE n.º 518, de 04.04.2003].

**11. Contagem do tempo de contribuição.**

11.1. Considerando somente os tempos especiais já reconhecidos administrativamente [2, 4, 6 e 7], na sentença [itens 3 e 5] e os adicionados em fase recursal [8, 9 e 10], tem-se a seguinte **tabela de contagem**

de tempo de contribuição:

	Empresas	Admissão	Demissão	Situação dos autos
1	G Barbosa	03/11/1984	23/05/1987	Comum
2	Urgências Policlínica Ltda.	01/08/1988	02/02/1989	Reconhecimento administrativamente  Agente nocivo: Radiação ionizante [código 1.1.3 do Decreto 83.080/1979] - Anexo 25, p. 2/6 [Vide p. 4]
3	Pioneiro Transportes Turismo Industria e Comércio Ltda - Me	01/02/1990	30/04/1990	Especial  CTPS de fl. 4, do item 19, atesta a condição de cobrador, viabilizando o enquadramento nos itens n.ºs. 2.4.4 do Decreto n.º. 53.831/64
4	Associação Beneficência Amparo De Maria	01/07/1992	05/03/1997	Reconhecimento administrativamente  Agente nocivo: Radiação ionizante [código 1.1.3 do Decreto 83.080/1979] - Anexo 25, p. 2/6 [Vide p. 4]
5	Associação Beneficência Amparo De Maria	06/03/1997	07/03/2008	Especial  <b>Agente nocivo:</b> agentes nocivos biológicos (bactérias, parasitas, vírus) prejudiciais à saúde e/ou integridade física prejudiciais à saúde e/ou integridade física (item 3.0.1 do anexo IV dos Decretos 2172/97 e 3048/99)
6	Urgências Policlínica Ltda - Vínculo concomitante	01/07/1993	22/03/1994	Reconhecimento administrativamente  Agente nocivo: Radiação ionizante [código 1.1.3 do Decreto 83.080/1979] - Anexo 25, p. 2/6 [Vide p. 4]
7	Urgências Policlínica Ltda. - Vínculo concomitante	01/01/1997	18/06/1999	Reconhecimento administrativamente  Agente nocivo: Radiação ionizante [código 1.1.3 do Decreto 83.080/1979] - Anexo 25, p. 2/6 [Vide p. 4]
8	Clínica da Vida Ltda - Me - Vínculo concomitante até <b>07.03.2008</b>	02/05/2005	06/02/2009	Especial  Motivo: 1º) <b>agentes biológicos</b> [anexo 14 da NR-15 c/c Código 3.0.0 do Anexo IV] 2º) <b>radiação ionizante</b> , com base no item 2.0.3. do Anexo IV (Classificação de Agentes Nocivos) - Decreto n.º 3.048/99, complementado pelos art. 193, <i>caput</i> da CLT ["São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua

				<i>natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a"] c/c a Portaria do MTE n.º 518, de 04.04.2003 e na NR-16 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS [esta última decorrente da Revisão determinada pela Portaria do MTE n.º 518, de 04.04.2003].</i>
9	Clínica Unimédica Ltda. - ME	01/08/2008	31/03/2010	<p>Especial</p> <p>Motivo: 1º) <u>agentes biológicos</u> [anexo 14 da NR-15 c/c Código 3.0.0 do Anexo IV] 2º) <u>radiação ionizante</u>, com base no item 2.0.3. do Anexo IV (Classificação de Agentes Nocivos) - Decreto n.º 3.048/99, complementado pelos art. 193, caput da CLT ["São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a"] c/c a Portaria do MTE n.º 518, de 04.04.2003 e na NR-16 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS [esta última decorrente da Revisão determinada pela Portaria do MTE n.º 518, de 04.04.2003].</p>
10	<p>Fundação Hospitalar de Saúde</p> <p>No PPP, os períodos foram discriminados da seguinte forma: 01/09/2010 a 31/08/2012; 01/09/2012 a 31/08/2013 e 01/09/2013 a 31/08/2014</p>	01/09/2010	31/08/2014	<p>Especial</p> <p>Motivo: 1º) <u>agentes biológicos</u> [anexo 14 da NR-15 c/c Código 3.0.0 do Anexo IV] 2º) <u>radiação ionizante</u>, com base no item 2.0.3. do Anexo IV (Classificação de Agentes Nocivos) - Decreto n.º 3.048/99, complementado pelos art. 193, caput da CLT ["São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a"] c/c a Portaria do MTE n.º 518, de 04.04.2003 e na NR-16 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS [esta última decorrente da Revisão determinada pela Portaria do MTE n.º 518, de 04.04.2003].</p>

11.2. Ocorre que não há direito a contagem de vínculo em duplicidade. Sobre o tema, já me manifestei no processo n.º 0002503-09.2012.4.05.8500, nos seguintes termos:

-

É regra geral que "Todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social é obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas" (art. 12, § 2º da Lei n.º 8.212/91), contudo o segurado contribui até o teto do salário-



de-contribuição (art. 28, § 5º da Lei n.º 8.212/91).

Quando o segurado exerce duas ou mais atividades concomitantes no RGPS não tem direito a **contagem em dobro** ou o **direito a duas aposentadorias** (art. 124, II da Lei n.º 8.213/91) [10]. Não há contagem concomitante, uma vez o tempo de serviço é uno, levando em consideração: 1) a soma dos salário-de-contribuição em ambas as atividades, desde que respeitado o limite máximo do salário-de-contribuição (art. 31, I c/c § 1º da Lei n.º 8.213/91); 2) o seu cálculo proporcional de ambos, com base na atividade principal e na secundária.

Lei n.º 8.213/91, Art. 32. O salário-de-benefício do segurado que contribuir em razão de atividades concomitantes será calculado com base na soma dos salários-de-contribuição das atividades exercidas na data do requerimento ou do óbito, ou no período básico de cálculo, observado o disposto no art. 29 e as normas seguintes:

I - quando o segurado satisfizer, em relação a cada atividade, as condições do benefício requerido, o salário-de-benefício será calculado com base na soma dos respectivos salários-de-contribuição;

II - quando não se verificar a hipótese do inciso anterior, o salário-de-benefício corresponde à soma das seguintes parcelas:

a) o salário-de-benefício calculado com base nos salários-de-contribuição das atividades em relação às quais são atendidas as condições do benefício requerido;

b) um percentual da média do salário-de-contribuição de cada uma das demais atividades, equivalente à relação entre o número de meses completo de contribuição e os do período de carência do benefício requerido;

III - quando se tratar de benefício por tempo de serviço, o percentual da alínea "b" do inciso II será o resultante da relação entre os anos completos de atividade e o número de anos de serviço considerado para a concessão do benefício.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica ao segurado que, em obediência ao limite máximo do salário-de-contribuição, contribuiu apenas por uma das atividades concomitantes.

§ 2º Não se aplica o disposto neste artigo ao segurado que tenha sofrido redução do salário-de-contribuição das atividades concomitantes em respeito ao limite máximo desse salário.

Pela inteligência das regras acima, **não são dois tempos de serviço, mas dois salário-de-contribuição dentro de um mesmo período.** Em outras palavras, embora haja duplicidade de trabalhos e de salário-de-contribuição, o tempo de serviço/contribuição prestado é uno.

11.3. Assim, a forma correta de contagem do tempo de serviço é mediante a exclusão dos vínculos contados em duplicidade.

11.4. Considerando somente os **tempos especiais reconhecidos** [item 11.1] com a exclusão das situações de duplicidade, o autor possui o tempo especial de **22 anos, 06 meses e 1 dia**, conforme tabela anexa, insuficiente para a concessão de aposentadoria especial de 25 anos.

11.5. Convertidos os tempos especiais reconhecidos mediante a aplicação do fator 1,2 ( $30/25 = 1,2$  para mulher), tem-se o tempo total de **29 anos, 6 meses e 21 dias**, também insuficiente para a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição.

12. Ante o exposto, CONHEÇO e DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso inominado para:

12.1) reconhecer como tempo especial de 25 anos, os períodos abaixo descritos:

	Empresas	Admissão	Demissão	Situação dos autos
3	Pioneiro Transportes Turismo Industria e Comércio Ltda - Me	01/02/1990	30/04/1990	Especial  CTPS de fl. 4, do item 19, atesta a condição de cobrador, viabilizando o enquadramento nos itens n.ºs. 2.4.4 do Decreto n.º. 53.831/64
5	Associação Beneficência Amparo De Maria	06/03/1997	07/03/2008	Especial  <b>Agente nocivo:</b> agentes nocivos biológicos (bactérias, parasitas, vírus) prejudiciais à saúde e/ou

				integridade física prejudiciais à saúde e/ou integridade física (item 3.0.1 do anexo IV dos Decretos 2172/97 e 3048/99)
8	Clínica da Vida Ltda - Me - Vínculo concomitante até <b>07.03.2008</b>	02/05/2005	06/02/2009	Especial  Motivo: 1º) <u><b>agentes biológicos</b></u> [anexo 14 da NR-15 c/c Código 3.0.0 do Anexo IV] 2º) <u><b>radiação ionizante</b></u> , com base no item 2.0.3. do Anexo IV (Classificação de Agentes Nocivos) - Decreto n.º 3.048/99, complementado pelos art. 193, <i>caput</i> da CLT [ <i>"São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a"</i> ] c/c a Portaria do MTE n.º 518, de 04.04.2003 e na NR-16 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS [esta última decorrente da Revisão determinada pela Portaria do MTE n.º 518, de 04.04.2003].
9	Clínica Unimédica Ltda. - ME	01/08/2008	31/03/2010	Especial  Motivo: 1º) <u><b>agentes biológicos</b></u> [anexo 14 da NR-15 c/c Código 3.0.0 do Anexo IV] 2º) <u><b>radiação ionizante</b></u> , com base no item 2.0.3. do Anexo IV (Classificação de Agentes Nocivos) - Decreto n.º 3.048/99, complementado pelos art. 193, <i>caput</i> da CLT [ <i>"São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a"</i> ] c/c a Portaria do MTE n.º 518, de 04.04.2003 e na NR-16 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS [esta última decorrente da Revisão determinada pela Portaria do MTE n.º 518, de 04.04.2003].
10	Fundação Hospitalar de Saúde  No PPP, os períodos foram discriminados da seguinte forma: 01/09/2010 a 31/08/2012; 01/09/2012 a 31/08/2013 e 01/09/2013 a 31/08/2014	01/09/2010	31/08/2014	Especial  Motivo: 1º) <u><b>agentes biológicos</b></u> [anexo 14 da NR-15 c/c Código 3.0.0 do Anexo IV] 2º) <u><b>radiação ionizante</b></u> , com base no item 2.0.3. do Anexo IV (Classificação de Agentes Nocivos) - Decreto n.º 3.048/99, complementado pelos art. 193, <i>caput</i> da CLT [ <i>"São consideradas atividades ou operações perigosas,</i>

			na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a"] c/c a Portaria do MTE n.º 518, de 04.04.2003 e na NR-16 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS [esta última decorrente da Revisão determinada pela Portaria do MTE n.º 518, de 04.04.2003].
--	--	--	--

12.2) determinar a averbação do período referido no item **12.1** como tempo de serviço especial sem a sua conversão em tempo comum (vide item 12.3) até a data de entrada do requerimento do benefício (24.02.2015);

12.3) caso a parte autora venha requerer administrativamente um benefício previdenciário que não seja a aposentadoria especial, o INSS deverá converter o período descrito no item 1 aplicando o fator 1,2 (Art. 70 do Decreto n.º 3.048/90);

12.5) reconhecer que, na data da DER em 20.02.2015 [anexo 5], a parte autora possui: 1) tempo especial de **22 anos, 06 meses e 1 dia**; 2) tempo comum de **29 anos, 6 meses e 21 dias**, nos termos das tabelas anexas.

**Sucumbência:** O INSS decaiu completamente do seu recurso ao passo que o autor foi vencedor do seu recurso [os períodos questionados foram reconhecidos]. Sem condenação em custas, uma vez que: 1) a parte autora é beneficiária da justiça gratuita; 2) o ente público somente está obrigado a devolver as custas antecipadas pela outra parte. Condene o recorrente-vencido [INSS] em honorários advocatícios no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa [R\$ 20.000,00] devidamente atualizado a partir do ajuizamento.

**Tutela antecipada:** Defiro o requerimento de tutela antecipada no sentido de determinar a implantação do item 12.2., sob pena de multa diária de R\$ 200,00 que incidirá após o decurso do prazo de intimação sem cumprimento e reverter-se-á em favor da parte autora. Em **caso de descumprimento**, caberá a parte provocar o Juízo de origem, nos termos da Súmula n.º 23 da TRSE: "Não cabe execução provisória perante a Turma Recursal, ainda que pendente a apreciação de recurso, que deverá ser requerida ao juízo de origem, através de ação própria" (Lavrada e publicada na sessão de julgamento de 27/08/14). Requerimentos formulados no curso do RI sob a alegação de descumprimento **não serão conhecidos**.

É como voto.

FÁBIO CORDEIRO DE LIMA

Juiz Federal - 2ª Relatoria da TRSE

[1] Isto se deveu para evitar a situação de duplicidade de vínculos, já que a instância administrativa já havia reconhecido o período de 01/07/1992 a 05/03/1997 como sendo da Associação Beneficência Amparo de Maria.

[2] Decreto n.º 3.048/99, Art. 68 (*omissis*)

Redação <b>anterior</b> ao Decreto n.º 8.213/13	Redação <b>posterior</b> ao Decreto n.º 8.123/2013
§ 2º A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante <b>formulário denominado perfil profissiográfico previdenciário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social</b> , emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do	§ 3º A comprovação da <b>efetiva exposição</b> do segurado aos agentes nocivos será feita mediante <b>formulário</b> emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho. ( <b>Redação dada pelo Decreto nº 8.123, de 2013</b> )

trabalho. (Redação dada pelo Decreto nº 4.032, de 2001)	§ 5º No laudo técnico referido no § 3º, deverão constar informações sobre a existência de tecnologia de proteção coletiva ou individual, e de sua eficácia, e <b><u>deverá ser elaborado com observância das normas editadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e dos procedimentos estabelecidos pelo INSS.</u></b> (Redação dada pelo Decreto nº 8.123, de 2013)
§ 3º Do laudo técnico referido no § 2º deverá constar informação sobre a <b><u>existência de tecnologia de proteção coletiva, de medidas de caráter administrativo ou de organização do trabalho, ou de tecnologia de proteção individual</u></b> , que elimine, minimize ou controle a exposição a agentes nocivos aos limites de tolerância, respeitado o estabelecido na legislação trabalhista. (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003)	
§ 4º A empresa que não mantiver laudo técnico atualizado com referência aos agentes nocivos existentes no ambiente de trabalho de seus trabalhadores ou que emitir documento de comprovação de efetiva exposição em desacordo com o respectivo laudo estará sujeita à multa prevista no art. 283.	§ 6º A empresa que não mantiver laudo técnico atualizado com referência aos agentes nocivos existentes no ambiente de trabalho de seus trabalhadores ou que emitir documento de comprovação de efetiva exposição em desacordo com o respectivo laudo estará sujeita às penalidades previstas na legislação. (Redação dada pelo Decreto nº 8.123, de 2013)
§ 6º A empresa deverá elaborar e manter atualizado perfil profissiográfico previdenciário, abrangendo as atividades desenvolvidas pelo trabalhador e fornecer a este, quando da rescisão do contrato de trabalho ou do desligamento do cooperado, cópia autêntica deste documento, sob pena da multa prevista no art. 283. (Redação dada pelo Decreto nº 4.729, de 2003)	§ 8º A empresa deverá elaborar e manter atualizado o perfil profissiográfico do trabalhador, contemplando as atividades desenvolvidas durante o período laboral, documento que a ele deverá ser fornecido, por cópia autêntica, no prazo de trinta dias da rescisão do seu contrato de trabalho, sob pena de sujeição às sanções previstas na legislação aplicável. (Redação dada pelo Decreto nº 8.123, de 2013)
§ 8º Considera-se perfil profissiográfico previdenciário, para os efeitos do § 6º, o documento histórico-laboral do trabalhador, <b><u>segundo modelo instituído pelo Instituto Nacional do Seguro Social</u></b> , que, entre outras informações, deve conter registros ambientais, resultados de monitoração biológica e dados administrativos. (Incluído pelo Decreto nº 4.032, de 2001)	§ 9º Considera-se perfil profissiográfico, para os efeitos do § 8º, o documento com o históricolaboral do trabalhador, segundo modelo instituído pelo INSS, que, entre outras informações, deve conter o resultado das avaliações ambientais, o nome dos responsáveis pela monitoração biológica e das avaliações ambientais, os resultados de monitoração biológica e os dados administrativos correspondentes. (Redação dada pelo Decreto nº 8.123, de 2013)

[3] IN INSS/PRES Nº 77/15, Art. 260 (*omissis*), § 4º O PPP dispensa a apresentação de laudo técnico ambiental para fins de comprovação de condição especial de trabalho, desde que demonstrado que seu preenchimento foi feito por Responsável Técnico habilitado, amparado em laudo técnico pericial.

Art. 266 (*omissis*), § 5º O PPP deverá ser emitido com base no LTCAT ou nas demais demonstrações ambientais de que trata o inciso V do artigo 261.

[4] Frise-se que o ato normativo do INSS não é ilegal, pois decorreu de regra expressa de delegação do Chefe do Poder Executivo e adotou uma interpretação razoável acerca do art. 68, §§ 3º, 5º e 9º do Decreto n.º 3.048/99, com a redação determinada pelo Decreto n.º 8.123/2013 (Vide item 9.3 deste voto). Esta posição é pacífica na Turma Nacional de Uniformização, conforme acórdãos abaixo:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. PARADIGMAS INVOCADOS. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL EM COMUM. POSSIBILIDADE. EXPOSIÇÃO A RUÍDOS ACIMA DOS LIMITES DE TOLERÂNCIA. CONSTATAÇÃO. TEMPUS REGIT ACTUM. FORMULÁRIO EXIGIDO. PPP. APRESENTAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO PELO SEGURADO NA VIA ADMINISTRATIVA. DESNECESSIDADE, IN CASU. ART. 161, INC. IV, §1º, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRES Nº 27, DE 30/04/2008. PRECEDENTE DESTA TNUJEF's. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

I. Aduzindo os acórdãos paradigmas no sentido de que o perfil profissiográfico previdenciário – PPP – emitido pela empresa onde o segurado desempenhou atividades especiais deve ser reconhecido para fins de comprovação da atividade, com a consequente conversão do tempo, segundo o índice previsto em lei ou regulamento e, havendo o acórdão da Turma Recursal de origem dado provimento apenas parcial ao recurso inominado em função do entendimento daquele colegiado segundo o qual apenas após 01/01/2004 passou possível o reconhecimento da especialidade somente por meio do PPP, sem a necessidade de apresentação do laudo técnico pelo segurado, é de rigor o reconhecimento de similitude fática.

II. Asseverando o §1º, inc. IV, do art. 161, da Instrução Normativa INSS/PRES nº 27, de 30/04/08 que **“quando for apresentado o documento de que trata o §14 do art. 178 desta Instrução Normativa (Perfil Profissiográfico Previdenciário), contemplando também os períodos laborados até 31 de dezembro de 2003, serão dispensados os demais documentos referidos neste artigo”, afigura-se descabido exigir do segurado, mesmo em se tratando dos agentes nocivos ruído e calor, a apresentação de laudo técnico correspondente, quer na esfera administrativa, quer na judicial.**

III. Pode a Autarquia Previdenciária diligenciar, a qualquer tempo, junto às empresas emitentes dos referidos PPPs, a fim de obter os laudos técnicos obrigatórios, sob pena da sanção administrativa prevista no art. 58 da Lei nº 8.213/91, devendo, inclusive, representar junto aos órgãos competentes caso detecte indícios de fraude.

IV. Pedido de uniformização conhecido e provido

(TNU, PEDILEF 200772590036891, JUIZ FEDERAL RONIVON DE ARAGÃO, DOU 13/05/2011 SEÇÃO 1).

EMENTA PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. EXIGIBILIDADE DO LAUDO TÉCNICO. AGENTE AGRESSIVO RUÍDO. APRESENTAÇÃO DO PPP E PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO. POSSIBILIDADE DE SUPRIMENTO DA AUSÊNCIA DO LAUDO PERICIAL. ORIENTAÇÃO DAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO INSS. OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA EFICIÊNCIA.

1. A Instrução Normativa n. 27, de 30/04/08, do INSS, atualmente em vigor, embora padeça de redação confusa, em seu artigo 161, parágrafo 1º, prevê que, quando for apresentado o PPP, que contemple também os períodos laborados até 31/12/03, será dispensada a apresentação do laudo técnico.

2. A própria Administração Pública, consubstanciada na autarquia previdenciária, a partir de 2003, por intermédio de seus atos normativos internos, prevê a desnecessidade de apresentação do laudo técnico, para comprovação da exposição a quaisquer agentes agressivos, inclusive o ruído, desde que seja apresentado o PPP, por considerar que o documento sob exame é emitido com base no próprio laudo técnico, cuja realização continua sendo obrigatória, devendo este último ser apresentado tão-somente em caso de dúvidas a respeito do conteúdo do PPP.

**3. O entendimento manifestado nos aludidos atos administrativos emitidos pelo próprio INSS não extrapola a disposição legal, que visa a assegurar a indispensabilidade da feitura do laudo técnico, principalmente no caso de exposição ao agente agressivo ruído. Ao contrário, permanece a necessidade de elaboração do laudo técnico, devidamente assinado pelo profissional competente, e com todas as formalidades legais. O que foi explicitado e aclarado pelas referidas Instruções Normativas é que esse laudo não mais se faz obrigatório quando do requerimento do reconhecimento do respectivo período trabalhando como especial, desde que, quando desse requerimento, seja apresentado documento emitido com base no próprio laudo, contendo todas as informações necessárias à configuração da especialidade da atividade. Em caso de dúvidas, remanesce à autarquia a possibilidade de exigir do empregador a apresentação do laudo, que deve permanecer à disposição da fiscalização da previdência social.**

**4. Não é cabível, nessa linha de raciocínio, exigir-se, dentro da via judicial, mais do que o próprio administrador, sob pretexto de uma pretensa ilegalidade da Instrução Normativa, que, conforme já dito, não extrapolou o ditame legal, apenas o aclarou e explicitou, dando a ele contornos mais precisos, e em plena consonância com o princípio da eficiência, que deve reger todos os atos da Administração Pública.**

5. Incidente de uniformização provido, restabelecendo-se os efeitos da sentença e condenando-se o INSS ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da condenação, nos termos da Súmula 111 do STJ.

(TNU, PEDILEF 200651630001741, JUIZ FEDERAL OTÁVIO HENRIQUE MARTINS PORT, DJ 15/09/2009)

[5] IN INSS/PRES Nº 77/15, Art. 263. O LTCAT e as demonstrações ambientais de que trata o inciso V do caput do art. 261 deverão embasar o preenchimento da GFIP e dos formulários de reconhecimento de períodos laborados em condições especiais.

Parágrafo único. O INSS poderá solicitar o LTCAT ou as demais demonstrações ambientais, ainda que não exigidos inicialmente, toda vez que concluir pela necessidade da análise destes para subsidiar a decisão de caracterização da atividade como exercida em condições especiais, estando a empresa obrigada a prestar as informações na forma do inciso III do art. 225 do RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 1999.

Art. 264. § 5º Sempre que julgar necessário, o INSS poderá solicitar documentos para confirmar ou complementar as informações contidas no PPP, de acordo com § 7º do art. 68 e inciso III do art. 225, ambos do RPS.

Decreto n.º 3.048/99, At. 68 (omissis), § 7º O INSS estabelecerá os procedimentos para fins de concessão de aposentadoria especial, podendo, se necessário, confirmar as informações contidas nos documentos mencionados nos § 2º e 3º.

· Art. 225. A empresa é também obrigada a: (...)III - prestar ao Instituto Nacional do Seguro Social e à Secretaria da Receita Federal todas as informações cadastrais, financeiras e contábeis de interesse dos mesmos, na forma por eles estabelecida, bem como os esclarecimentos necessários à fiscalização;

Art. 297. Na análise dos requerimentos, recursos e revisões que envolvam a caracterização de atividade exercidas em condições especiais caberá ao Perito Médico Previdenciário - PMP: (...) II - solicitar esclarecimentos, remetendo às solicitações ao servidor administrativo para os devidos encaminhamentos, caso identifique inconsistência, divergência ou falta de informações indispensáveis ao reconhecimento do direito de enquadramento de período de atividade exercido em condições especiais;

[6] IN INSS/PRES Nº 77/15, Art. 260. Consideram-se formulários legalmente previstos para reconhecimento de períodos alegados como especiais para fins de aposentadoria, os antigos formulários em suas diversas denominações, sendo que, a partir de 1º de janeiro de 2004, o formulário a que se refere o § 1º do art. 58 da Lei nº 8.213, de 1991, passou a ser o PPP.

[7] IN INSS/PRES Nº 77/15, Art. 266 (omissis), § 3º O PPP substitui os antigos formulários de reconhecimento de períodos laborados em condições especiais, a partir de 1º de janeiro de 2004, conforme art. 260.

[8] IN INSS/PRES Nº 77/15, Art. 266 (omissis), § 1º A partir da implantação do PPP em meio digital, este documento deverá ser preenchido para todos os segurados, independentemente do ramo de atividade da empresa, da exposição a agentes nocivos e deverá abranger também informações relativas aos fatores de riscos ergonômicos e mecânicos.

[9] 3.3. Cito uma reportagem do canal R7 que bem ilustra o risco desta atividade para os profissionais da área de eletricidade: <<http://noticias.r7.com/jornal-da-record/videos/de-tirar-o-folego-conheca-os-profissionais-que-instalam-esferas-nos-fios-de-alta-tensao-24092015>>

[10] Ao contrário do RGPS, o Regime Próprio de Previdência Social do servidor admite a cumulação de aposentadorias, desde que de cargos acumuláveis na forma desta Constituição (art. 40, § 6º da CF/88)

---

Visualizado/Impresso em 30 de Março de 2017 as 23:21:00